



**ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Paulo Duarte, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Registro a ausência do deputado Lucas de Lima, que se encontra em agenda parlamentar no interior do estado, conforme CI 38/2025. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, no exercício da Segunda-Secretaria, o deputado Paulo Duarte, para fazer a leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Duarte - PSB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados e a todos os presentes a esta Sessão. “Ata da Quadragésima Sétima Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Mara Caseiro, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número cinquenta e dois da Quadragésima Sexta Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Foi suprimido. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lidio Lopes, Gleice Jane, Lia Nogueira, Pedrossian Neto, Coronel David, Paulo Corrêa, Caravina, Zé Teixeira e João Henrique. **GRANDE EXPEDIENTE** – Foi suprimido. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 280/2024, de autoria do deputado Professor Rinaldo. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 115/2025, de autoria do Poder Judiciário. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 84/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de Jair Félix Martins; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de João Antônio Santiago; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao engenheiro agrônomo e consultor ambiental Ermínio Guedes, pelo lançamento do livro “A Revolta da Natureza”; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao Sindicato dos Bancários de Campo Grande e Região (SEEBCG/MS), em nome de sua presidenta, senhora Neide Maria Rodrigues, pela comemoração dos sessenta e seis anos de fundação da entidade; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO**

endereçada aos organizadores do 8º Congresso Brasileiro sobre Mulheres na Polícia, pelo sucesso e excelência na realização do evento ocorrido entre os dias 29 e 31 de maio de 2025, em Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria da Casa, endereçada ao Departamento de Operações de Fronteira (DOF), pela passagem de seu 38º aniversário de fundação, comemorado na data de 28 de maio; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais rodoviários federais Paulo Sérgio Molina Azevedo, Samuel Eliaquim Moreira dos Santos, Renan Oliveira de Araújo, Roberto de Azevedo Oliveira, Gabriel Oriente Pereira, Rafael Victor Pompeu Ângelo da Silva e Waldir Brasil, que atuaram na ocorrência do dia 28 de maio de 2025, pela notável apreensão de vinte e sete mil e duzentos quilos de maconha e dois telefones celulares, resultando na prisão do condutor por tráfico de drogas, em Caarapó, no KM 192 da BR-163; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à nova diretoria da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems), em nome da presidenta, professora Deumeires Morais, pelo resultado da eleição ocorrida no dia 2 de junho de 2025, quando foram eleitos pela categoria, com 80% dos votos válidos; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao Santuário Imaculado Coração de Maria, em Nova Andradina, na pessoa dos padres Celso Vieira da Cruz, Matheus Luiz da Rocha e Sócrates Emmanuel Pereira Pavon, pela realização da 53ª Festa do Padroeiro de Nova Andradina - Imaculado Coração de Maria, extensiva às paróquias participantes; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à nova diretoria da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems), em nome da presidenta, professora Deumeires Morais, pelo resultado da eleição ocorrida no dia 2 de junho de 2025, quando foi eleita pela categoria com 80% dos votos válidos; requerimento de autoria do deputado Pedrossian Neto, solicitando a reserva do Plenário Nelito Câmara para o dia 17 de junho de 2025, a partir das 14h, para a realização de Audiência Pública da Comissão de Acompanhamento das Obras de Revitalização do Estádio Pedro Pedrossian, o "Morenão"; requerimento de informações, de autoria dos deputados Neno Razuk e Zeca do PT; indicações, de autoria dos deputados Zeca do PT, Jamilson Name, Paulo Corrêa, Junior Mochi, João Henrique, Zé Teixeira, Lucas de Lima, Paulo Duarte, Mara Caseiro e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quatro de junho do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para fazer a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas. Expediente da Sessão Ordinária de 5 de junho de 2025: Mensagem nº 19/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei complementar que “altera a redação e acrescenta dispositivo na Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005, nos termos que especifica”;



Mensagem nº 20/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que “acrescenta dispositivo à Lei nº 5.829, de 9 de março de 2022, e altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.830, de 9 de março de 2022, nos termos que menciona”; Ofício nº 26/2025, da Fundação Nacional de Saúde, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT; Ofício nº 2.572/2025, da Casa de Cultura de Campo Grande, respondendo à moção de congratulação da deputada Gleice Jane; Ofício nº 2.171/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name. Senhor Presidente, foi lido o expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registrados, com muito carinho, a presença do vereador Genésio Boamorte Neto, o Doutor Genésio, do município de Iguatemi. Obrigado pela presença. Também registramos a presença dos alunos do 9º ano do Colégio Estadual Marcílio Augusto Pinto, do município de Iguatemi, acompanhados pelos professores Orlandia Stefanello Arce, Pâmela Partena, Daniela Ortiz e Delfina Rosalva Gomes. Sejam todos bem-vindos! Aproveitem bem essa visita. Sei que Iguatemi é longe, mas vocês certamente são muito bem-vindos e farão uma excelente visita. Obrigado pela presença aqui na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Quero registrar também que hoje, dia 5 de junho, é uma data simbólica: celebramos o Dia Mundial do Meio Ambiente. Não poderíamos deixar de voltar os nossos olhos para uma das maiores riquezas naturais do nosso estado, que é o Pantanal sul-mato-grossense. Nós, nesta Casa, que aprovamos a Lei do Pantanal, vemos o Congresso Nacional discutir hoje, já em fase final, a Lei Nacional do Pantanal. Fazemos a defesa do Pantanal como um patrimônio natural, um dos símbolos de identidade e de orgulho para todos nós, sul-mato-grossenses. É um ecossistema que pulsa vida, beleza e equilíbrio. Neste dia, não se trata apenas de celebrar o que temos, mas de refletir sobre o que estamos fazendo para sua preservação. Proteger o Pantanal é proteger nosso futuro, nossa economia, nossa cultura e nossa própria existência. Esta Casa segue atenta e comprometida com políticas públicas que garantem a preservação, o uso sustentável dos recursos naturais e a valorização do homem pantaneiro, que vive em harmonia com esse bioma tão especial. Que esta data seja um chamado à consciência coletiva, um lembrete de que cada ação, cada escolha e cada decisão impactam diretamente a saúde do nosso meio ambiente. É nosso dever defender o Pantanal com orgulho, com amor e com responsabilidade. Então, hoje, 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, nossas referências ao Pantanal. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas e todos os presentes nesta Sessão, venho apresentar uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao diretor-presidente da Agência



de Previdência Social de Mato Grosso do Sul (Ageprev), comandada pelo senhor Jorge de Oliveira Martins, em razão de estar entre os seis estados da federação que obtêm o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP). Tal conquista é reflexo direto do comportamento, da seriedade e da competência com que o Jorge Martins vem conduzindo os trabalhos à frente da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul. A obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária representa não apenas o cumprimento das exigências legais, mas também o fortalecimento da credibilidade do Estado perante os órgãos de controle e a sociedade. Reconhecemos o esforço contínuo da equipe da Ageprev MS, liderada com responsabilidade e visão estratégica, e reiteramos nossos cumprimentos por esse importante marco, que contribui para a solidez e a sustentabilidade do regime previdenciário estadual. Só isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) —** Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) —** Senhor presidente, quero apresentar algumas ponderações que entendo importantes. A primeira: na semana passada, fui a Jardim, a convite da Federação dos Trabalhadores Rurais (Fetagri), onde me reuni com a direção da Fetagri e com 90% dos presidentes ou representantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais do estado, tratando das demandas de uma entidade dessa envergadura e influência. Uma das demandas que me apresentaram foi a necessidade de uma reunião com Sua Excelência, o governador do estado. Cheguei aqui – isso foi no fim de semana – e solicitei à assessoria do governador uma audiência, que está marcada, confirmada hoje para segunda-feira. Portanto, registro aqui, com muito carinho e gratidão — se me permite o termo — a presteza e a atenção que Sua Excelência, o governador, tem dado a nós, deputados, e, portanto, a esta Casa, assim como aos movimentos sociais organizados. Gratifica-nos saber dessa agilidade e pronto atendimento das demandas que eventualmente apresentamos. A segunda coisa, senhor presidente: estive ontem em Brasília, returnei à noite, conversei com o ministro Paulo Teixeira, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e comuniquei a eles que ainda este mês, ou no máximo no mês que vem – mas tem que ser neste mês – faremos uma solicitação em nome desta Casa, evidentemente a ser aprovada em Plenário, solicitando ao MDA que estude, e que seja encaminhado ao presidente Lula, o pedido para que se analise, com efetivo carinho, a possibilidade de aumentar os quinhentos milhões de reais que já temos hoje no Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar (Pronaf) — e o próximo será lançado no



mês de julho –, para, no mínimo oitocentos milhões de reais, para que possamos atender às demandas da agricultura familiar do nosso estado. A terceira questão importante, para encerrar, é que preciso apresentar amanhã uma sugestão ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com cópia para o ministro Wellington Dias, do Desenvolvimento Social, e para o ministro Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário. A proposta é ampliar a Superintendência do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em cada estado, unificando-a em uma superintendência conjunta do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social. Dessa forma, poderemos dar a ela o arcabouço jurídico necessário para que o Governo Federal tenha o controle, a fiscalização e a autoridade política para acompanhar de perto os programas sociais, que têm enorme impacto na vida das famílias mais pobres deste estado e deste país. Portanto, deixo essas três ponderações de iniciativas que pretendemos encaminhar ao longo da próxima semana. Por fim, senhor presidente, faço uma indicação deste Poder ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antônio Carlos Videira, bem como ao comandante-geral da Polícia Militar, coronel Renato dos Anjos, solicitando a intensificação das rondas da patrulha rural da Polícia Militar na região da agrovila do assentamento Colônia Conceição, localizado no município de Nioaque, assim como a realização de estudos de viabilidade visando à implantação e à instalação de um posto permanente da Polícia Militar na referida região. O presente expediente visa atender à reivindicação das mais de cem famílias que residem no PA Colônia Conceição, exposta em ofício enviado pela Câmara Municipal de Nioaque, de autoria do vereador Sérgio Marques, do Partido dos Trabalhadores. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane — professora Gleice Jane —, já que nós estamos aqui com a escola de Iquatemi.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) —** Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Presidente, venho aqui justamente para falar sobre a visita da Escola Marcílio Augusto Pinto, que está aqui junto com o 9º ano, que acabei de conhecer ali na recepção. Nesse primeiro momento de diálogo, procurei saber quais são as demandas da educação também em Iguatemi e, não diferente de outras escolas, trouxeram para nós as demandas, como a necessidade de ar-condicionado, visto que estamos passando por mudanças climáticas e precisamos ter escolas em condições ambientais adequadas para o estudo. Na minha experiência de sala de aula, sei que uma sala de aula sem ar-condicionado é impossível de trabalhar. Eles já disseram que conseguirão um ar-condicionado por meio de emenda do deputado Gerson Claro, mas também conversamos um pouco sobre o uso das tecnologias. Vivemos hoje uma movimentação muito forte das



tecnologias, com a inteligência artificial, e os estudantes precisam de mais tecnologia nas escolas, pois falta tecnologia de qualidade e tecnologia nova para garantir que os estudantes das escolas públicas acompanhem essa nova era tecnológica no mundo. Esses estudantes da escola pública precisam ter esse acompanhamento. Há também uma demanda que venho acompanhando em Dourados, e que Iguatemi trouxe para nós com bastante preocupação: a superlotação das salas de aula. Venho aqui fazer esse registro, e vamos apresentar indicação à Secretaria de Estado de Educação, para solucionar essa situação dentro das escolas. Parabéns a todos vocês por terem vindo à Casa de Leis; esse é o nosso papel aqui: levar essas demandas; então vocês cumpriram um papel importante vindo até aqui e trazendo para nós essas questões. Parabéns! Quero também registrar a presença da Mariana, que vem de Dourados e está junto com as engenheiras e com o Centro Acadêmico de Engenharia Ambiental. Vou organizar aqui um importante evento de valorização das mulheres na engenharia de Mato Grosso do Sul. É fundamental a organização de todos os eventos das mulheres, principalmente neste momento em que vimos um ataque duro à ministra, fato que registramos aqui na semana passada. Nesta semana, presidente, começamos recebendo a notícia de que todas as deputadas de São Paulo foram ameaçadas, simplesmente pelo fato de serem mulheres. Todas, da esquerda e da direita! O fato de sermos mulheres faz com que exista um movimento no país que quer nos impedir de ocupar esses espaços. Então, quero aqui fazer esse registro: todos os movimentos de mulheres que se levantam neste momento são importantes. Eu quero dar um recado a esses mal-intencionados que não querem a nossa presença: nós viemos para ficar e não vamos arredar. Este é o nosso lugar e vamos continuar aqui. Fica então o recado para quem não nos quer aqui: as mulheres têm o direito de estar onde quiserem. Lugar de mulher é onde ela quiser. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado presidente Gerson Claro, para fazer uso do Pequeno Expediente.

**DEPUTADO GERSON CLARO (PP)** — Peço licença para falar daqui. Eu quero fazer uma indicação, senhor presidente, convidando os senhores deputados que quiserem assinar junto, pois acredito que é uma indicação muito importante, pois o estado tem feito um belíssimo trabalho nesse sentido. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, solicitando a reforma integral da Escola Estadual Hércules Maymone, aqui em Campo Grande. Temos andado pelo interior do Mato Grosso do Sul e também aqui em Campo Grande, e todas as escolas estaduais estão ficando lindas, com muitas reformas. A Escola Hércules Maymone está muito bem localizada, é bonita, e presta um belo atendimento à população do estado,

mas está em condições precárias. Por isso, estamos solicitando essa reforma — ela foi inaugurada em 1989 e nunca passou por reforma, ocupa um prédio antigo, que demanda intervenções diante da falta de manutenção em sua estrutura, e o prédio vem demonstrando sinais de desgaste. Atualmente, ela tem cerca de mil e seiscentos estudantes. Portanto, solicitamos uma reforma integral e de qualidade para essa escola, aproveitando o projeto de renovação das escolas estaduais, pois é uma unidade que merece toda a atenção do Governo. Quero registrar também que hoje tivemos a oportunidade de recepcionar a escola de Iguatemi e agradecer ao Governo. O vereador Genésio, como representante de Iguatemi, nos solicitou, deputada Mara Caseiro, e destinamos, por emenda nossa, oitenta mil reais para a escola, e o convênio já está pronto através da APM. A escola vai receber ar-condicionado em todas as salas. Então, quero parabenizar Iguatemi pelo belo trabalho realizado na escola, e ao vereador Genésio, que muito trabalha pelo município. Essa parceria certamente dará grandes resultados. Obrigado. Era só isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a combativa e ilustre deputada Lia Nogueira.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Muito bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário, em especial os estudantes da Escola Estadual de Iguatemi, sejam muito bem-vindos! É muito importante a presença de vocês neste Parlamento, para que conheçam o funcionamento da Casa do Povo de Mato Grosso do Sul. Cumprimento também as pessoas que nos acompanham pela TV Alems e Rádio Alems. Trago aqui hoje, presidente, um projeto de lei que surgiu de uma indicação apresentada aqui na Assembleia Legislativa, para que possamos garantir cobertura de imunização para as mães atípicas de Mato Grosso do Sul. Esse projeto estende a essas mulheres a prioridade na vacinação, que já é dada aos seus filhos com deficiência, transtorno do espectro autista ou outras condições que demandem cuidados específicos no nosso estado. Esta lei assegura às mães atípicas o direito de serem vacinadas, imunizadas com todas as vacinas recomendadas, juntamente com seus filhos, nas campanhas de vacinação realizadas no Estado de Mato Grosso do Sul, sempre que estes forem contemplados com prioridade devido à deficiência, transtorno do espectro autista ou outras condições que exijam cuidados específicos. Esse projeto de lei foi construído para atender a uma demanda de uma realidade social frequentemente invisibilizada: a das mães que exercem, de forma integral e, muitas vezes, solitária, a responsabilidade pelo cuidado dos seus filhos com deficiência, com transtorno do espectro autista e outras condições que demandam acompanhamento constante especializado. Hoje já existe essa lei, que inclui as pessoas com deficiência e as crianças atípicas nesse rol de vacinação, mas é importante também que a gente estenda isso para essas mães, para que elas tenham esse contato diário e constante com seus filhos e também sejam imunizadas, para que isso traga mais



tranquilidade no âmbito familiar. Apresento aqui hoje também, presidente, uma indicação ao Governo do Estado, ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário de Estado de Saúde, solicitando a implantação de um centro de referência estadual em saúde mental infanto-juvenil, no município de Dourados. A saúde mental de crianças e adolescentes é um tema cada vez mais urgente e delicado, especialmente diante do aumento expressivo nos diagnósticos de transtornos como ansiedade, depressão e outras condições psicológicas que impactam profundamente o desenvolvimento de nossa juventude. A ausência de um centro especializado na região sul do estado compromete não apenas o acesso ao atendimento, mas também a qualidade de vida e a perspectiva de futuro de milhares de famílias. Também apresento aqui hoje uma outra indicação ao senhor governador Eduardo Riedel, à senhora Joenia Wapichana, presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), ao senhor Jaime Verruck, secretário de Estado de Meio Ambiente, e à senhora Sônia Guajajara, ministra de Estado dos Povos Indígenas, solicitando a destinação do patrulhamento mecanizado com grade para apoio à agricultura familiar, na aldeia Amambai, no município de Amambai. Essa aldeia abriga aproximadamente nove mil indígenas, cuja sobrevivência econômica está diretamente relacionada à produção agrícola familiar. A ausência de maquinário adequado tem dificultado o preparo do solo e comprometido o desenvolvimento das atividades de subsistência. Essa indicação foi uma solicitação feita pelo vereador Jota Roberto e pelo capitão Flaviano Franco, no município de Amambai. Por fim, apresento aqui hoje uma indicação solicitando ao Governo do Estado, ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, a destinação de recursos para recuperação da malha asfáltica da rodovia MS-278, no trecho entre o distrito de Nova América, em Caarapó, e o município de Fátima do Sul. Esse trecho, no município de Caarapó e entre Caarapó e Fátima do Sul, tem apresentado sérios danos estruturais na pavimentação, em decorrência das fortes chuvas que atingiram a região. Embora se trate de uma obra recente, que ainda nem foi oficialmente entregue pelo Governo do Estado, a via já registra problemas, comprometendo a segurança viária e a durabilidade do investimento público. Por último, presidente — pela ordem — rapidamente, quero aqui aproveitar este espaço para destacar os investimentos que estão chegando ao município de Dourados. São equipamentos, aparelhos que vão melhorar a saúde da nossa Dourados, que tanto precisa; são equipamentos que chegam ao montante de quase dois milhões de reais, que estão chegando ao depósito da Secretaria Municipal de Saúde; resultado de emendas parlamentares, de investimentos, de empenho dos deputados que compõem a bancada de Dourados aqui na Assembleia: emenda minha, da deputada Gleice Jane; do deputado Zé Teixeira; do deputado Neno Razuk; e do deputado Renato Câmara. Esses equipamentos começaram a chegar. São vários postos de saúde que serão contemplados. As minhas foram emendas que estavam represadas desde 2023, e nós tivemos que, à época, fazer uma construção imensa com o Governo do Estado, tivemos que mudar a



modalidade dessa emenda, para Dourados não a perder, para que os postos de saúde e o Hospital da Vida, que sofrem tanto com a falta de aparelhos, com a falta de insumos, agora fossem contemplados. O que nos causou surpresa foi que o nosso prefeito Marçal Filho, quando candidato ainda, se comprometeu, dizendo que, quando os investimentos chegassem, iria fazer um painel na praça e iria dar os créditos a quem realmente merece. Vossas Excelências sabem o quanto é difícil administrar essas emendas. São três milhões e quinhentos mil reais apenas para cada deputado, para os setenta e nove municípios de Mato Grosso do Sul. E esse foi um empenho muito grande — e eu fico até emocionada —, porque, em 2023, Dourados estava em uma situação irregular junto à Receita Federal; e eu fui de gabinete em gabinete, pedindo para que os deputados, nas emendas coletivas, assinassem o pedido, para que o Governo do Estado não perdesse esse dinheiro. Mudamos a modalidade e os equipamentos estão chegando e serão entregues. Então, agora, esperamos que o prefeito cumpra e que não faça uma propaganda — como fez — dizendo que foi ele quem adquiriu. É muito triste quando se faz uma política de construção e... Política só faz sentido quando unimos esforços para realmente mudar a vida das pessoas. Quero, então, dizer: prefeito Marçal Filho, estamos aguardando que o senhor realmente torne isso público, e que a população saiba quem trouxe esses investimentos de forma tão dura, tão incisiva, com esforço concentrado, para que o senhor realmente reconheça e fale para a população de Dourados de onde partiu todo esse investimento. Obrigada, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a ilustre deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Bom dia, senhor presidente. Bom dia a todos os deputados e deputadas. Quero cumprimentar e agradecer, também, a presença dos alunos do 9º ano do Colégio Estadual Marcílio Augusto Pinto, do município de Iguatemi. Sejam muito bem-vindos. Cumprimento também as professoras Orlândia, Pâmela, Daniela e Delfina, além do nosso vereador Genésio. Seja muito bem-vindo a esta Casa. Senhor presidente, tenho um projeto de lei para apresentar, que institui o Dia Estadual de Luta e Memória pelas Vítimas de Feminicídio, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Artigo 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o Dia Estadual de Luta e Memória pelas Vítimas de Feminicídio, a ser lembrado anualmente no dia 16 de fevereiro. A escolha da data faz referência ao nascimento de Vanessa Ricarte, jovem mulher sul-mato-grossense vítima de feminicídio, representando tantas outras mulheres que perderam suas vidas em decorrência da violência de gênero em nosso estado. Artigo 2º - O Dia Estadual de Luta e Memória pelas Vítimas de Feminicídio tem por objetivo manter viva a memória das vítimas de feminicídio no Estado de Mato Grosso do Sul, promover a conscientização da população sobre a violência de gênero e



sus consequências, fomentar ações de enfrentamento ao feminicídio e políticas públicas de proteção à mulher, além de incentivar o debate nas escolas, instituições públicas e privadas, movimentos sociais e meios de comunicação. Artigo 3º - As atividades alusivas ao Dia Estadual de Luta em Memória pelas Vítimas de Feminicídio poderão ser promovidas em conjunto com órgãos públicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e demais entidades engajadas na luta pelos direitos das mulheres. O Dia Estadual de Luta e Memória pelas Vítimas de Feminicídio passa a integrar o anexo do Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. A presente proposição visa instituir, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o Dia Estadual de Luta e Memória pelas Vítimas de Feminicídio, a ser lembrado anualmente em 16 de fevereiro. A escolha da data é carregada de simbolismo e esperança, pois neste dia nasceu Vanessa Ricarte, jovem sul-mato-grossense vítima de feminicídio que agora representa o grito de milhares de mulheres silenciadas pela violência de gênero. Senhor presidente, já temos catorze mulheres vítimas de feminicídio no Estado de Mato Grosso do Sul, somente neste ano de 2025. Essa é uma tristeza que carregamos todos os dias, principalmente quando abrimos os jornais: é violência contra a mulher, mulheres espancadas, tentativas de feminicídio. Sofremos todos os dias com isso. E aqui estão, hoje, nossos estudantes vindos da pequena cidade de Iguatemi, que representam esse futuro no qual esperamos que possa existir uma geração que realmente respeite os direitos entre homens e mulheres, que respeite a mulher como uma pessoa que deve receber o devido valor, por ser mãe, por ser mulher, por ter sonhos — sonhos que não se diferenciam dos sonhos dos homens dentro da nossa sociedade. Por isso, eu acredito muito — aqui estão os nossos professores, educadores —, e nós sabemos que só poderemos mudar isso por meio da educação, educando nossos filhos, nossas crianças, para que eliminem todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação da nossa sociedade. Por isso, confio que possamos um dia viver em uma sociedade mais justa e mais humana. E nossa esperança está em vocês, estudantes que estão aqui, a nova geração que está vindo, para que possamos ter respeito entre homens e mulheres, nos respeitarmos, começando no ambiente escolar. Senhor presidente, também tenho uma indicação para o governador Eduardo Riedel e para o secretário de Estado de Saúde, Maurício Simões, solicitando a designação de equipe para realização de exames de mamografia e exame de PSA (Antígeno Prostático Específico), no município de Inocência. A presente indicação atende ao pedido formulado pelos vereadores Josiana, Talita e Gerson, da Câmara de Inocência; e nós sabemos hoje o que se tornou Inocência: uma loucura a quantidade de pessoas que estão chegando naquele município. Então, precisamos dar uma atenção especial, principalmente na saúde e na assistência social. E, por último, senhor presidente, também faço uma indicação ao nosso governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Educação, Hélio Daher, solicitando estudos para verificar a viabilidade de



ofertar o curso normal médio, com ênfase em Educação Especial, para atender às necessidades de formação continuada dos profissionais da área de Educação Especial do município de Iguatemi. Esse foi um pedido feito pela secretária municipal de Educação de Iguatemi, Rosângela Socovosk. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado Junior Mochi. Vossa Excelência disporá de um minuto e meio.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Senhor presidente, senhores deputados, quero cumprimentar a todos que nos assistem, aos alunos que aqui estão e a imprensa. Faço uso do Pequeno Expediente para apresentar duas indicações. Indico à Mesa, observadas as normas regimentais e, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Renato Marcílio da Silva, diretor-presidente da Sanesul, solicitando medidas para que seja efetuado o serviço de extensão da rede de abastecimento de água potável na rua Roque Caldo, Vila São Miguel, para atender às necessidades básicas dos moradores, perfazendo aproximadamente duzentos e cinquenta metros; localidade paralela à chácara do tenente Forte, no município de Nioaque, conforme ofício e requerimento do vereador Reinaldo Garcia Andrea. Também, senhor presidente, requeiro à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Euro Nunes Varanis Júnior, superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado de Mato Grosso do Sul (Dnit/MS), solicitando a viabilização de obras de melhoria na BR-060, especificamente no trecho que interliga os municípios de Chapadão do Sul, Paraíso das Águas e Camapuã, reforçando a urgência e a importância das intervenções listadas a seguir: recapeamento completo da pista de rolamento; construção de acostamento nos trechos atualmente desprovidos dessa infraestrutura; limpeza, recuperação e manutenção dos acostamentos já existentes; implantação de áreas de descanso adequadas para motoristas e demais usuários da via; e implantação de terceira faixa nos pontos críticos, visando facilitar a ultrapassagem e reduzir o risco de acidentes. Portanto, senhor presidente, ficam aqui entregues as nossas indicações na data de hoje. Na outra indicação, requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário e obedecidos os requisitos regimentais, que seja autorizada a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 3 de julho do corrente ano, a partir das 19h, para a realização da Sessão Solene de entrega da Comenda Coronel Pedro José Rufino, instituída por meio da Resolução nº 03, de 13 de abril de 2016, com o objetivo de homenagear personalidades que contribuíram para a construção da história e o enriquecimento da cultura sul-mato-grossense, em alusão aos heróis da Retirada da Laguna. Senhor presidente, pela ordem, em respeito ao colega deputado Paulo Duarte, eu quero apenas fazer um registro de extrema importância: ainda nem sentimos os efeitos da repactuação do contrato de concessão da BR-163 e já fomos pegos com a notícia de que a ANTT e o Ministério



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO**

esconderam o reajuste de 5,53% na tarifa de pedágio da BR-163. Primeiro, senhor presidente, é importante relembrar que a empresa não cumpriu o contrato inicial de concessão, executando apenas 18% do total; é a empresa que tomou recursos emprestados dos bancos públicos — dos quais não temos conhecimento — e não prestou contas sobre quanto investiu na rodovia, deputada Mara Caseiro. É a empresa que já arrecadou mais de quatro bilhões de reais em pedágios e não cumpriu o compromisso do contrato original de concessão dessa BR, e que deveria ter duplicado toda a rodovia em cinco anos — já se passaram onze —, e agora repactua, muda de nome: passa a se chamar Motiva. E o primeiro grande “motivo” da Motiva para o sul-mato-grossense é aplicar — sem sequer um metro de execução do serviço do contrato de repactuação — um reajuste tarifário de 5,53% no valor da tarifa. Senhor presidente, isso é brincadeira, não é? É chamar a gente de trouxa. É uma brincadeira o trato que essa concessionária tem dado a nós, sul-mato-grossenses. Portanto, senhor presidente, quero aqui consultar os colegas da comissão temporária, criada por esta Casa para acompanhamento desse contrato, pois, mais uma vez, embora já tenhamos uma decisão da Justiça negando a liminar, vamos entrar novamente com mandado de segurança, tentando suspender liminarmente o reajuste de 5,53%, para que possamos discutir. Requeremos que, no prazo de trinta dias — até agora não obtivemos resposta —, a empresa venha e nos explique o que é a repactuação, onde será feita, quais são as obras; e o que recebemos de resposta é só um reajuste de 5,53%. Não dá! Em breve, teremos que ter realmente uma movimentação mais dura, envolvendo a população, que já não aguenta mais esse tipo de comportamento da concessionária em relação ao cidadão sul-mato-grossense. Era só um registro, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, só para registrar, gostaria que Vossa Excelência permanecesse aí. Eu cumpri a missão que o senhor me deu; o senhor fez um requerimento e pediu que eu fizesse contato com a empresa, e tenho falado com eles. Eles encaminharam para mim um membro da assessoria deles, o Marcelo Tezani. Esse Marcelo Tezani é quem ficará cuidando desse assunto no estado. Agendamos para ele vir à Assembleia no dia 16 de junho, às 8h30min, para combinar a vinda da diretoria. Hoje de manhã, ele me passou a possibilidade da vinda da diretoria entre os dias 24 e 26 de junho. Havíamos combinado de ele vir para alinhar a vinda da diretoria; estou tentando essa agenda para o dia 25 ou 26 com a diretoria. Falei que nem precisa da presença dele para a gente marcar, mas quero dizer que estou cumprindo a missão solicitada por Vossa Excelência. A diretoria vai comparecer aqui na Assembleia, e nós vamos fazer a reunião com todos os deputados, colocando-nos à disposição, para que eles possam prestar as devidas explicações. É óbvio que a solicitação foi feita antes da notícia terrível e, ainda assim, tenho muita cautela ao ver alguma notícia, porque às vezes a pessoa pega um detalhe isolado. A notícia de hoje, por exemplo, omitiu informações, e isso me incomoda muito, principalmente quando dizem que a ANTT, a empresa ou o Governo foram



enganados. Eu não consigo acreditar que todos foram enganados com esse negócio de 5% de aumento; não quero acreditar nisso. Mas esses esclarecimentos deverão ser dados, e vamos agendar — está prevista para o dia 25 ou 26 deste mês — a vinda da diretoria aqui, só para dar retorno a Vossa Excelência.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) —** Quero agradecer a Vossa Excelência. Sei que é diligente, um presidente atento à questão e que conhece do assunto. Agora, o que nos surpreende é que a concessionária deveria ter, pelo menos, um pouco mais de bom senso. Já que precisava haver reajuste, que fosse depois do início das ações e obras, com justificativa técnica plausível para nos explicar. Temos uma grande discussão, o contrato mudou de nome, é uma nova empresa e, em vez de iniciar o trabalho de duplicação, recuperação e melhoria da nossa malha rodoviária da BR-163, o primeiro ato da empresa foi aplicar um reajuste, obviamente com conhecimento da ANTT. Quero dizer que não pretendo ser agressivo em minhas palavras, pois não é do meu feitio, mas esperávamos outro tipo de atitude. A empresa deveria, junto com a ANTT, ter tido pelo menos o bom senso de aguardar as explicações e o início das atividades para rediscutir essa questão do aumento do pedágio.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Então, até a semana que vem comunicaremos a data da vinda da diretoria. Eu gostaria de registrar e agradecer a presença do Marcinho Souza, vereador do município de Coxim. Obrigado pela presença aqui em nosso Plenário. Com a palavra, o nobre deputado Lídio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares. É uma satisfação ver presente, nesta Casa, a Escola Marcílio Augusto Pinto, da minha saudosa cidade de Iguatemi, conhecida, como antigo Sacaron. A Escola Marcílio Augusto Pinto leva o nome do Doutor Marcílio Augusto Pinto, que era chamado de médico. Foi o primeiro médico de Iguatemi, mesmo sem ter formação, e era um cidadão que cuidava da saúde da população. Ele dedicava-se com remédios caseiros, realizava partos e era uma pessoa dedicada a cuidar dos outros. Em homenagem a ele, há uma escola estadual, a Marcílio Augusto Pinto, cuja história está registrada nos anais do município de Iguatemi. Senhor presidente, quero aqui fazer uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, e ao secretário de Estado de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara, solicitando a realização de estudos técnicos e orçamentários visando à reforma geral e à ampliação da estrutura física da Escola Estadual 13 de Maio, localizada no município de Eldorado. Essa indicação é fundamentada nas reiteradas solicitações feitas tanto pelo corpo docente quanto pelo corpo discente da instituição de ensino mencionada, que têm expressado de forma constante a necessidade de adequações

para atender às demandas do ambiente escolar. A devida justificativa encontra-se anexa. Sei que a deputada Mara Caseiro já apresentou a indicação para uma escola de Eldorado, mas faltou a Escola 13 de Maio. A Escola Estadual 13 de Maio é uma unidade essencial da rede estadual de ensino, atendendo cerca de quinhentos alunos, muitos deles oriundos de comunidades em situação de vulnerabilidade social. Contudo, sua infraestrutura atual encontra-se defasada, apresentando sérios problemas estruturais, como rachaduras, infiltrações, rede elétrica obsoleta e sanitários em condições precárias. Era o que tínhamos, senhor presidente. Muito obrigado. Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Lídio Lopes.

**DEPUTADO LÍDIO LOPES** (Patriota) — Só para complementar a fala do deputado Junior Mochi, entendo que, quando foi para instalar as praças de pedágio na rodovia, já precisaria ter duplicado, pelo menos, 10%, mas instalaram as praças e começaram a cobrar. Acho que esse aumento agora, deputado Junior Mochi, é para instalar os canteiros de obras e dar sequência aos trabalhos. Muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Senhor presidente, por inversão, quero passar a palavra ao deputado Paulo Duarte.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Por gentileza do deputado Renato Câmara, com a palavra, o nobre deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas e a todos presentes nesta Sessão, hoje é um dia muito importante para todos nós, seres humanos, e para as futuras gerações. Hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente, presidente, e venho trazer aqui uma reflexão aos meus pares e à população, de uma forma geral. Quando falamos de meio ambiente e queremos consertar, corrigir o mundo, muitas vezes estamos enfrentando problemas sérios em nossa própria casa, no nosso local de trabalho. Hoje venho aqui para falar de um processo que vem ocorrendo nesta região do Parque dos Poderes e do Parque do Prosa, um processo absolutamente irracional e perigoso de verticalização desta área. Temos assistido aqui... Quero parabenizar o presidente deputado Gerson Claro e o deputado Paulo Corrêa, primeiro-secretário, pois deram um exemplo ao construir aqui o estacionamento sem derrubar nenhuma árvore, o que infelizmente não tem sido rotina, de forma geral. Trago inicialmente este mapa da região, chamada de reserva, do Parque do Prosa. A quem não



sabe, hoje há praticamente autorização para — nesta região e na zona de amortecimento — empreendimentos que irão praticamente acabar com a reserva. Neste mapa, a parte amarela representa a reserva, e a parte vermelha é a zona de amortecimento do Parque do Prosa. Essa zona de amortecimento compreende cerca de quatorze quilômetros quadrados, aproximadamente novecentos hectares. Venho aqui — além de denunciar o absurdo que está acontecendo e que precisamos impedir —, dizer que há perspectiva de construir prédios de trinta andares nesta região; aqui, no parque, deputado Zeca do PT, meu querido ex-governador. Este parque foi criado lá atrás por um grande visionário, Pedro Pedrossian, e foi decretado como uma reserva em 1981. E no seu governo, em 2002, foi editado um decreto transformando esta região em reserva. Agora, qual é o problema de hoje? Não há uma lei que defina critérios para esta reserva; é uma lei estadual. Vou encaminhar uma indicação — já conversei com o presidente do Imasul — sobre a importância de editar uma lei e encaminhar a esta Casa para colocar ordem nessa situação, porque hoje não existe uma lei que estabeleça claramente os critérios. Imaginem! Sabem quantos empreendimentos estão aprovados para serem construídos nesta área e na zona de amortecimento? Cinco mil, quatrocentas e quarenta e sete unidades habitacionais, quinhentas e trinta e sete unidades comerciais e sete mil e quinhentas vagas para estacionamento. Onde? Exatamente nesta área vermelha, que é a zona de amortecimento, ao lado e ao redor deste parque. O que isso significa? Se isso continuar, vai acabar, primeiro a fauna, depois a flora. Temos aqui uma reserva que é um ambiente único no país — nenhum lugar tem uma sede de governo como esta. Eu estava conversando com o deputado Lídio Lopes há pouco. Campo Grande tem muitos vazios urbanos, mas o que as pessoas querem? Fazer o mais fácil: construir prédios em uma área preservada há muito tempo. Constroem edifícios de vinte, trinta andares e, ao longo do tempo, impermeabilizam toda essa região, porque tudo vira concreto, cimento. Para onde vai a água? Ora, o que tem acontecido ao longo dos anos é uma forma absolutamente descabida e desrespeitosa com esta e com as futuras gerações. Qual o sentido de você chegar aqui — nesse ambiente que é único — e estar rodeado de prédios por todos os lados? Há previsão — acredito que desistiram, mas já existiu essa previsão — de construção de um prédio de quase trinta andares entre o Ministério Público e o Banco do Brasil. Vejam bem, se fizerem esses prédios, como as pessoas vão circular aqui dentro? Não tem condição; não existe mobilidade urbana que dê conta disso. Eu não sou contra o desenvolvimento — isso é natural —, mas, em qualquer lugar do mundo, existem restrições. Aqui é uma reserva, é a reserva do Parque do Prosa, onde existem várias nascentes, algumas já degradadas. Se olharmos para o que era isto aqui e o que está acontecendo hoje, é um absurdo. Então, vamos tomar providências concretas. A primeira delas é solicitar — e esta seria a providência mais importante neste momento — que o Governo do Estado edite uma norma e encaminhe para a Assembleia Legislativa uma proposta, um projeto de lei que rege tanto



a área da nossa reserva quanto a chamada zona de amortecimento, que engloba esses novecentos hectares (quatorze quilômetros quadrados). Precisamos impedir que cinco mil e quinhentas unidades habitacionais sejam construídas nesse entorno, além de quinhentos e trinta e sete prédios comerciais e sete mil e quinhentas vagas de estacionamento. Não tem absolutamente nenhum cabimento! O que precisamos é provocar esse debate. Falei com o deputado Renato Câmara — faço parte da Comissão de Meio Ambiente — para que possamos realmente agir. Já conversei também com o André, do Imasul, que é servidor de carreira, competente e preocupado com essa situação. Inclusive, há uma portaria do próprio Imasul que trata do manejo dessa zona de amortecimento. Mas precisamos de um diploma legal com força de lei, que defina e regule o que pode e o que não pode ser feito, estabelecendo limites à verticalização desenfreada que está acontecendo. Hoje, se constrói prédio em toda parte, sendo que existem vazios urbanos em Campo Grande. É lógico, querem o “filé”, algo criado em 1981 por um visionário, o ex-governador Pedro Pedrossian. Em seu governo, foi feito o decreto da reserva. Agora, todo mundo quer o “filé”, quer aproveitar. E, normalmente, como é uma região muito valorizada, imagina-se que será um local muito desejado para morar. Mas não tem problema, desde que não seja nessa zona de amortecimento, e que haja critérios claros. Se não fizermos nada, vamos destruir todo o parque, toda a reserva. Como os animais irão transitar? Aqui, já não se vê mais anta, tamanduá, capivara; vão desaparecer. Por que essa infinidade de carros e todo esse concreto? Qual o sentido de transformar uma reserva ambiental em um local de arranha-céus, de prédios de vinte ou trinta andares? Qual o sentido disso?

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Concede-me um aparte?**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Precisamos estabelecer um limites para essas coisas. Deputada Gleice Jane, concedo um aparte a Vossa Excelência.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Deputado Paulo Duarte, primeiramente, venho aqui, em nome da bancada do PT, para me somar ao seu debate, ao seu discurso, e dizer que estamos juntos nessa luta, pois ela é fundamental. E nós precisamos também entender que o meio ambiente — e falo isso várias vezes, e precisamos repetir, sim, diversas vezes — é parte de quem somos: nós somos parte do meio ambiente. Estamos vendo mudanças climáticas constantemente. Vimos o fogo no Pantanal, no ano passado, e a fumaça que respiramos aqui afetou nossa saúde. Estamos recebendo reclamações a todo momento sobre rios que estão secando, e estou apresentando, inclusive, projetos de lei, na semana passada e nesta semana, em referência ao meio ambiente; são dois projetos de lei: um para proteger os rios, outro para proteger as matas e os animais, visando proibir que as pessoas deem alimentos para os animais que estão dentro das florestas, pois, quando isso acontece, os animais acabam atacando as pessoas. Isso também caracteriza maus-tratos aos animais. Precisamos iniciar uma discussão muito séria sobre o meio ambiente,

porque à medida em que destruímos o meio ambiente, à medida em que destruímos a natureza — uma mata, uma floresta, os rios —, nós, que somos parte desse processo, também sofremos as consequências. Passamos por um momento, deputado, em que dá a impressão de que o ser humano se considera muito superior ao restante do meio ambiente, da natureza, dos outros animais. Colocamos o lucro acima de tudo, mas o lucro não pode estar acima da vida. Então, quando o senhor vem aqui e faz essa discussão importante sobre a proteção do parque, quando também apresentamos um projeto de lei de proteção aos rios, matas e animais, estamos protegendo a vida. O lucro não pode estar acima disso. Então, somamo-nos ao seu projeto, à sua luta, e a bancada do PT se soma convocando também todos os demais colegas deputados para fazerem parte desta luta, que é fundamental para garantir a nossa existência. Obrigada.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Permite-me um aparte?**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Com toda a honra, deputado.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) —** [Trecho inaudível]... muito mais do que a importância, a qualidade do pronunciamento que faz pela preocupação que traz a esta Casa... Ou nós, meu querido presidente, assumimos isso enquanto Poder Legislativo — e me arrepia falar disso — ou, de fato, estaremos contribuindo para esse processo de falência de um projeto sonhado há quarenta anos por um visionário, como disse Vossa Excelência, chamado Pedro Pedrossian. Portanto, urge que esta Casa, por meio da Comissão de Meio Ambiente — da qual Vossa Excelência participa, que tem como presidente o brilhante deputado Renato Câmara — traga para cá este debate, convocando ou convidando as autoridades ligadas ao assunto para que, o mais rapidamente possível, possamos nos cercar de um diploma legal, das providências que Vossa Excelência encaminha, para não ligarmos apenas o desenvolvimento econômico ao crescimento da cidade, enfim, mas que possamos preservar uma área que ainda é muito importante de ser preservada, para o bem da natureza e do meio ambiente, como disse nossa líder deputada Gleice Jane ao se referir a essa questão. Parabéns! Espero que possamos, todos nós, independentemente de qualquer diferença, nos somar à preocupação de Vossa Excelência, para mitigarmos o desastre que temos pela frente. Obrigado.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) —** Obrigado, deputado. Antes de conceder o aparte ao deputado Renato Câmara, ressalto que esse assunto é algo extremamente importante para esta e para as futuras gerações. Então, em vez de fazer sozinho esse requerimento ao Governo — para elaboração do projeto de lei, preparei este documento, e na terça-feira o trarei aqui —, eu gostaria muito que os deputados assinassem comigo essa solicitação, que é uma medida concreta para que tenhamos uma lei que estabeleça limites. Deputado Renato Câmara, foi realizado um levantamento em 2020 e,

você sabe quantas espécies de aves foram catalogadas aqui? Cento e cinquenta e cinco espécies diferentes neste espaço, que, como já disse, é algo único. São pássaros absolutamente raros. Ontem, quando eu estava em reunião com o governador, discutiu-se que alguém disse sobre fazer um palácio aqui, e ele respondeu: "Não, o palácio aqui é isso, essa vegetação, essa natureza. Esse é o palácio. Temos um palácio natural; não precisamos construir palácio aqui." Farei, então, essa solicitação formal ao Governo, e gostaria que, na terça-feira, além do deputado Renato Câmara, que é presidente da Comissão de Meio Ambiente, que os deputados e deputadas assinassem comigo essa solicitação. Um aparte ao deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB)** — Deputado Paulo Duarte, essa sua colocação neste Dia do Meio Ambiente é muito importante, e eu quero contribuir com esse debate, deputado, por meio da possibilidade de participar dessa discussão de Vossa Excelência. Campo Grande é o único município do país onde existe o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE); e esse ZEE de Campo Grande dividiu a cidade em cinco regiões, sendo uma delas o Parque dos Poderes. O zoneamento dispõe exatamente sobre o ordenamento territorial dessas regiões e, aqui no Parque dos Poderes, o ZEE, como consta no documento, exige uma legislação própria. Ela pode ser elaborada pelo Parlamento Estadual em consonância com a legislação municipal. Portanto, esse debate é extremamente importante, deputado Paulo. O fato de o município ter deixado em aberto essa prerrogativa nos permite, aqui na Assembleia Legislativa, conduzir a discussão para definir os critérios e criar uma legislação específica para o Parque dos Poderes, conforme já previsto nessa lei inovadora no Brasil. Temos plenas condições de aprofundar esse tema e ocupar esse espaço de debate na Assembleia. Quero me somar a Vossa Excelência nessa discussão e contribuir de forma útil para esse processo. Parabéns, deputado, por levantar um tema tão relevante para Campo Grande e para Mato Grosso do Sul.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Obrigado, deputado Renato Câmara.  
Deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Deputado Paulo Duarte, também quero me somar à sua fala, pois realmente precisamos de uma lei que regule os limites desse espaço. Não somos, em hipótese alguma, contrários ao desenvolvimento — é fundamental deixar isso muito claro. No entanto, estamos falando de uma área de enorme importância e valor, algo raro até mesmo entre outras capitais. Precisamos preservar esse patrimônio, sem dúvida. Mais uma vez, reforço: não somos contra o desenvolvimento, mas ele precisa ter limites. Imagine esse local com um grande número de moradias! A mobilidade urbana, que já se mostra complicada em dias de evento, ficaria ainda mais comprometida. E a nossa fauna? As consequências para a preservação ambiental podem ser ainda mais graves. Portanto, reitero a importância de que o governo estadual discuta conosco a criação

dessa legislação, estabelecendo limites claros para a ocupação urbana. Como você bem destacou, existem diversos vazios urbanos que precisam ser preenchidos. Por que não direcionar investimentos para essas áreas, que estão disponíveis e aguardam revitalização? O centro, por exemplo, demanda atenção, com prédios e terrenos que acabam sendo depredados ou ocupados de maneira inadequada. Acredito que há muitos pontos em Campo Grande que podem receber investimentos, sem prejudicar o meio ambiente nem intensificar os problemas de mobilidade neste espaço que tanto precisamos preservar.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Obrigado, deputada.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Permite-me um aparte?

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Com certeza, meu líder deputado Coronel David.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Só para dizer que sou parceiro nessa luta de Vossa Excelência.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Obrigado. Só para finalizar... Guardem esses números: está em andamento, com a perspectiva de serem construídas, nesta região, na zona de amortecimento, cinco mil, quatrocentas e quarenta e sete unidades habitacionais, quinhentas e trinta e sete unidades comerciais e sete mil, quinhentas e cinco vagas de estacionamento, ou seja, isso seria a sentença de morte desta reserva que foi criada em 1981; e isso não pode acontecer para dar lugar a um processo de verticalização nesta região! Campo Grande tem vazios urbanos, o centro está sendo degradado, abandonado, e a cidade não pode ficar à mercê da especulação imobiliária. Uma coisa é o desenvolvimento, o crescimento — isso é absolutamente natural em qualquer lugar do mundo. Inclusive, no Brasil há regras: você vai ao Rio de Janeiro, há região em que só pode prédio de quatro andares; tem que ter limite. E a solução para que haja esse limite definitivamente é uma lei estadual que defina claramente as regras dentro da reserva do Parque do Prosa e na zona de amortecimento. O plano de manejo dessa região, da zona de amortecimento, tem que estar previsto em lei, e é isso que nós vamos solicitar ao Governo. Volto a dizer: já conversei com o governador e com o presidente do Imasul sobre esse assunto, e nós vamos trabalhar para que essa região, única e bela no país, seja preservada para nós e, principalmente, para as futuras gerações. Não, à verticalização da reserva do Parque do Prosa! Não, à verticalização do Parque dos Poderes! Aqui não é lugar de arranha-céu, aqui não é lugar de prédio; há muitos lugares para construir prédios aqui na Capital; e este não é o lugar. Aqui não pode! Aqui não deve! Nós temos que aprender, de uma vez por todas: a natureza está dando muitos sinais. E que hoje, no Dia Internacional do Meio Ambiente, neste 5 de junho, a gente reflita sobre tudo o que estamos fazendo. Desenvolvimento sim, com sustentabilidade e com respeito ao meio ambiente! Não, à

verticalização! Não, à especulação imobiliária sem limites! Tudo tem limite; e aqui, com certeza terá. Eu acredito muito na sensibilidade do Governo para estabelecer regras.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, conclua seu pronunciamento, por gentileza.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Já concluí. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Quero registrar e agradecer a presença de Grazi Schutz, vereadora do município de Aral Moreira, aqui em nosso Plenário; do senhor Adilson da Silva, também vereador do município de Aral Moreira; do senhor César Moretti, o Moretti, secretário em Paranaíba; e do senhor Willian Meira, que é vereador no município de Coxim. Obrigado pela presença. Senhores deputados, eu gostaria de registrar a justificativa de ausência do deputado Lucas de Lima, que tem agenda e compromisso no interior do estado. Passemos à Ordem do Dia. Solicito aos senhores líderes que assinem, se já estiverem todos aí, o acordo de lideranças para votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Item 1. Projeto de Lei nº 119/2025. Autor: Poder Executivo. Acordo de Líderes. Mensagem nº 12/2025. "Altera a redação de dispositivos da Lei nº 4.457, de 18 de dezembro de 2013, nos termos em que menciona, com o objetivo de prorrogar, até 31 de dezembro de 2026, a vigência das disposições da referida norma, com o intuito de possibilitar que o Departamento Estadual de Trânsito (Detran/MS) possa dar continuidade à execução e à coordenação da contratação de projetos de obras e de serviços de engenharia, assim como aos procedimentos licitatórios, e dá outras providências". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 119/2025, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO**

**Segundo-secretário** — deputado Paulo Duarte (PSB).

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**

## **DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — 3

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim**

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (M)

**DEBITADO NENO BAZUK (PL)** Sim

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)**

**DEPUTADO PAULO C. DUARTE (PSB)** Sim

DEPUTADO FEDERATIVO NETO (PSD) - 9

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (PDT) - 10

**DEPUTADO DEMOCRATA (PDR) - 01**

**DR. CARLOS ROBERTO MACHONI (União Brasil) — SEM**

DEI STABO ZECA BOTY (77) - 300.

## **DEI STABO ZZ TEIXEIRA (PSCB) — SIM.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.  
Consulto o resultado.

**SEGUNDO-SECRETARIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e um contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente.  
Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 269/2023.  
Autora: deputada Lia Nogueira. "Dispõe sobre o uso de carrinhos de compras adaptados,

em hipermercados e supermercados, para atender pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida". A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos é favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 04, tendo como relator o deputado Professor Rinaldo. A Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 04, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Para justificar o voto, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para justificativa, a deputada Lia Nogueira, autora do projeto.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Quero pedir o voto favorável dos colegas parlamentares e dizer da nossa satisfação em apresentar mais esse PL aqui na Assembleia Legislativa. Esse foi um projeto de lei construído com a participação dos donos de supermercados, hipermercados, associações deste setor da economia também, e ressalto a importância desse projeto de lei, desses carrinhos de supermercado adaptados para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Digo que é um ganho para o Estado essa política de acessibilidade e inclusão. Nós temos um Estado que olha para todos, e tenho certeza de que este projeto vem em um momento em que essas pessoas querem ter sua independência ao fazer suas compras. Isso, realmente, tem um impacto financeiro muito pequeno, tanto que já foi debatido, construído e agora, portanto, nesta segunda votação, tenho certeza de que quem ganha com isso é a população de Mato Grosso do Sul e a política de inclusão social do nosso Estado. Obrigada, e eu voto sim, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação, senhores deputados.

Projeto de Lei nº 269/2023, de autoria da deputada Lia Nogueira.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Paulo Duarte (PSB).

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Sim.



## **DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

## **DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

## **DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

## **DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson

no dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário. Projeto aprovado. Vai à  
l, por ter sofrido emenda. Item 3. Em redação final. Projeto de Lei nº 035/2024.  
ado Jamilson Name. Retirado de pauta pela ausência do autor. O deputado  
me não está presente na Sessão. Item 4. Em discussão única e votação  
ois requerimentos, dezesseis indicações e quatro moções de congratulação.  
o. Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, presidente!**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, a deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Quero só registrar o meu voto contrário à moção de congratulação nº 912/2025, a um policial que, ao salvar uma família durante um confronto com um criminoso, acabou resultando na morte de um dos assaltantes. Eu quero só registrar meu voto contra, porque a gente está acompanhando aqui também no estado,

e temos observado que a letalidade policial tem aumentado. Há um registro, aqui, de uma reportagem do Campo Grande News, da Maristela Brunetto, que fez um comparativo, dizendo: Mato Grosso do Sul é o primeiro estado no país em crescimento do número de mortos pela polícia. Nós defendemos uma polícia de segurança, que garanta a vida das pessoas, e entendemos que enaltecer a morte não é um caminho para garantir segurança. Então, quero registrar aqui o meu voto contrário, em defesa da vida das pessoas, realmente. Parabenizo o trabalho de todos os policiais, mas não acho que nós possamos enaltecer a morte das pessoas, nem incentivar esse tipo de prática dentro da polícia. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oposição, com esse voto contrário, dou-os por aprovados. Item 5. Moção de pesar, proposta pelo deputado Coronel David, em razão do falecimento do senhor Wanderley Ben Hur da Silva. Moção de pesar, proposta pela deputada Gleice Jane, em razão do falecimento da senhora Silvaneide Monteiro Andrade. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Solicito aos senhores deputados atenção para que, na semana que vem, a CCJR possa dar andamento a vários projetos que estão atrasados, para que tenhamos pauta. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Parabéns, deputado, pela manifestação sobre o Dia do Meio Ambiente. Nós já havíamos até registrado, mas Vossa Excelência, como um bom pantaneiro corumbaense, fez jus à defesa do meio ambiente de Mato Grosso do Sul. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Lídio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Vossa Excelência dispõe de dez minutos, deputada.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — sem revisão da oradora — Presidente, eu venho aqui hoje falar sobre o Dia Mundial do Meio Ambiente, contar um pouco da experiência que a gente tem acompanhado e o quanto isso é importante. Já falamos um pouco sobre isso no Grande Expediente e, desde que cheguei aqui, tenho acompanhado essa pauta com bastante atenção. No ano passado, estive no Pantanal visitando o rio Paraguai, acompanhando a destruição do meio ambiente pelo viés das pessoas que moram ao redor do rio, os ribeirinhos; e saí de lá com muita preocupação. Nos últimos anos, temos acompanhado as mudanças climáticas e como isso tem interferido também na nossa vida. Tenho falado sempre que nós somos parte do meio ambiente — na medida em que a gente destrói, também sofre as consequências —, e precisamos nos incluir nesse processo. Precisamos ser incluídos dentro dessa política para entendermos o quanto importante é defendermos uma política séria de meio ambiente. Tenho também acompanhado muito essa luta pelo viés dos pescadores, em todos os lugares onde ando, acompanhando a luta do povo, a luta pelas águas — de águas saudáveis, de águas puras e de águas vivas também.



Eu já estive, por mais de uma vez, visitando o rio Paraná, muito provocada pela população pescadora, pelos pescadores artesanais, que vêm denunciando o quanto o rio Paraná está sofrendo as consequências da Usina Sérgio Mota. No primeiro momento, me chamaram para observar o rio, porque as comportas estavam sendo abertas sem tempo suficiente e, quando as comportas não abriam tempo suficiente, não havia água suficiente no rio. Eu fui até lá para verificar o que estava acontecendo, para entender o que a comunidade estava dizendo. No momento em que estive lá, deparei-me com uma situação bastante preocupante, porque ao final do ano passado já havia muitas algas sobre o rio, principalmente na parte de baixo, muitas algas que dificultavam a vida dos pescadores. Isso me chamou a atenção e eu disse a eles: "Quero voltar aqui no período da piracema." Então, voltei neste ano para acompanhar o período da piracema e me deparei com uma situação muito maior, muito pior: havia muito mais algas, o rio estava transparente, e as algas estavam no fundo, desde o chão do rio; e em grande parte do rio, nas beiras, a gente via que não havia mais água, apenas algas. Quando cheguei à beira do rio, senti um cheiro de água podre, uma sensação de que havia algo dentro daquela água suja, podre; portanto, esse era o cheiro da beira do rio. Isso me chamou muito a atenção, e fomos tentar entender o que estava acontecendo. Nesse processo, descobrimos também que o problema não está apenas na parte de baixo do rio, mas também na parte de cima, onde há um alagamento para a reserva de água que passa pelas turbinas da usina. Nesse alagamento, desde que se iniciou a construção usina, havia muitas árvores, residências, havia um processo, existiam pessoas ali, e essas árvores estão todas submersas. Essas árvores, nesse processo, viraram matéria orgânica e passam, então, a desmontar e desconstruir a água, matando alguns microrganismos presentes nela. Então, é um debate técnico bastante importante sobre isso. Mas o que percebemos é que essas árvores submersas estão prejudicando a qualidade da água e a qualidade de vida dos peixes. Por isso, apresentamos aqui um projeto de lei na semana passada, com o objetivo de permitir a extração dessas árvores, sem remover suas raízes, para garantir a qualidade da água. Quero mostrar para vocês um vídeo, para que percebam que, desde que eu estive lá até agora, a situação está bem pior. Este é um vídeo de uma pessoa que está passando pela ponte. [Apresentação de vídeo]. Para quem não está entendendo este vídeo, esse é o rio Paraná, onde a gente não vê água; parece um pasto, mas é um rio que deveria estar com água, deveríamos ver as águas, mas não conseguimos mais, somente as algas. [Apresentação de vídeo]. Essa é a situação no rio Paraná. Ontem, recebemos a vereadora Jaqueline, que veio de Ribas do Rio Pardo, nos dizer que, na usina do Mimoso, acontece a mesma coisa neste momento. Então, estamos percebendo aqui um problema sério que acontece com os nossos rios. Temos uma preocupação muito grande com a água, porque é dela que vivemos; nosso corpo é formado por água. Temos que cuidar das águas em todo o estado, em todo o país, pois são essas águas que chegam até as nossas torneiras, também. São das águas dos rios que vários



municípios são abastecidos, e também desses rios chegam até as maiores bacias, como é o caso da Bacia do Rio Paraná. Mas é importante termos cuidado com todos esses rios, com todos esses sistemas, para garantirmos qualidade para o rio, qualidade de vida para o pescador, mas também para nós. Por isso, precisamos cuidar dessa situação. Na semana passada, apresentamos um projeto de lei para garantir a remoção das árvores que caíram no rio e se transformaram em matéria orgânica na superfície, além de tratar também das algas que se formam nessa região superior e, ao descerem, prejudicam todo o curso do rio. Trazemos esse tema com grande preocupação, pois estive lá por volta de setembro e, já naquela época, fiquei preocupada com o cenário. Retornei em janeiro e, ao final do mês, a presença das algas era ainda maior. Agora, ao ver novos vídeos, percebo que não é mais possível enxergar a água — só se vê algas. Essas algas também prejudicam a oxigenação do rio, o que torna a situação ainda mais grave, então nós temos aqui uma situação que merece uma atenção muito especial. Os técnicos estão acompanhando, e quero aqui citar a doutora Celina, especialista nessa área, que nos disse: "Olha, isso é extremamente prejudicial para as águas e para os rios." Então, estamos apresentando este projeto de lei nesse dia importante, que é o Dia do Meio Ambiente, somando-se também a outro projeto que apresentamos nesta semana, que é a proibição da seva, o ato de pessoas distribuírem alimento para animais silvestres, nas regiões do Pantanal e em todas as regiões, porque os animais acabam se acostumando a buscar o alimento, porém eles são animais silvestres; isso coloca em risco não só a vida das pessoas, mas também a deles. Além disso, ao entregarmos alimento que não é o natural para esses animais, colocamos em risco a saúde deles. Assim, temos tido essa preocupação com o meio ambiente e trazemos aqui essa reflexão para toda a Assembleia e para toda a sociedade: precisamos cuidar do meio ambiente, porque somos parte dele e, na medida em que o destruímos, destruímos também nossa saúde e nossa vida. Fica aqui essa reflexão importante para quem nos assiste, para quem nos acompanha: para melhorarmos nossa qualidade de vida, é preciso ter uma atenção especial a tudo que está acontecendo nas florestas, nos rios e em todos os espaços que têm vida aquática, fauna e flora, pois elas são essenciais para nossa qualidade de vida também. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão. Está encerrada. Agradeço a todos pela participação, em especial à nossa principal audiência de hoje: o jornalista Manoel Afonso. Muito obrigado (11h21min).